



## **NARRATIVAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA XOKLENG/LAKLÃNÕ**

Ana Clarisse Alencar Barbosa – UNIASSELVI

Vilisa Rudenco Gomes - FURB

Agência Financiadora: CAPES

### **RESUMO**

Este trabalho faz referência às crianças indígenas, da comunidade Xokleng/Laklãnõ, ao lidar com o fato da cultura tradicional ser passada para as crianças por meio de relatos orais numa perspectiva geracional. O texto apresentado é um recorte da dissertação de mestrado defendida em 2011, da qual foram recolhidos relatos e vivências com a comunidade e com os professores indígenas. A proposta desse texto é que os professores das escolas da terra indígena Laklãnõ, utilizem os saberes tradicionais do seu povo para que as crianças se identifiquem como crianças indígenas e vejam sentido na possibilidade de revitalização da língua e da cultura tradicional. Assim, não se forneceu fórmulas ou receitas prontas de como as comunidades indígenas deverão conduzir o processo escolar de Educação de suas crianças. A pesquisa focou orientação aos trabalhos realizados pelos docentes daquelas comunidades no sentido de dar maior visibilidade à criança, fazendo com que ela seja inserida em sua própria cosmovisão, a partir dos seus saberes culturais e tradicionais, para reconhecer a sua humanidade comum e ao mesmo tempo valorizar a diversidade.

**Palavras-chave:** Educação da criança; Criança indígena; Xokleng/Laklãnõ; Cultura Indígena.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como principal objetivo, ressaltar a relevância das narrativas orais como contos, fábulas, lendas e mitos tradicionais para o desenvolvimento da criança, que vive em ambiente com etnia bem caracterizada. Nesse sentido nosso foco se direciona as crianças residentes na Terra Indígena Laklãnõ e que freqüentam as escolas que atuam nesse espaço geográfico.

A base teórica deste trabalho repousa sobre autores como Steiner (2002) que trata da Educação da Criança, vista na sua individualidade, Passerini (2004) que trata da importância do subjetivo e fantástico para o desenvolvimento e amadurecimento emocional e intelectual da criança e Freire (1979) e que defende a educação como agente de libertação e emancipação da autonomia humana e Morales (2008), que trata dos aspectos da cosmovisão indígena.

A pesquisa que ampara esse artigo foi desenvolvida junto aos professores indígenas que atuam nas escolas situadas na Terra Indígena Laklãnõ, por meio das quais entre outros aspectos foram

apresentados referenciais teóricos que possibilitam a materialidade e viabilidade do projeto em questão, que teve por objetivo discutir e apresentar a relevância dos contos, mitos, fábulas e histórias tradicionais na formação da identidade da criança indígena para fortalecer a língua e a cultura Xokleng/Laklãnõ.

Assim, não se forneceu fórmulas ou receitas de como a comunidade indígena deveria fazer o processo escolar de Educação da Criança, mas a proposta foi de fornecer base teórica para que a comunidade docente desenvolvesse, conforme seus interesses e circunstâncias, um Projeto Político Pedagógico para Educação da Criança a partir dessas narrativas.

## **2 EDUCAÇÃO E A CRIANÇA INDÍGENA**

Nessa pesquisa não se pode negar que a concepção de criança e infância se constrói historicamente e consequentemente muda ao longo dos tempos. Entretanto, em quase todas as sociedades indígenas, a criança vivencia o que é ser criança de forma diferenciada da criança em contexto urbano, pelo fato dela viver em contato com as suas origens, ter idioma próprio, além de viver em um espaço geográfico, do qual ela é integrante desde o seu nascimento.

No contexto da Terra Indígena Laklãnõ, a situação da criança foi testemunhada durante a realização das visitas a todas as residências construídas no interior da Terra Indígena, onde se teve a oportunidade de perceber que em todas as moradias em que haviam crianças, elas participavam das entrevistas sem receber nenhuma admoestação ou proibição pelo fato de estarem junto aos adultos, cabendo destaque ainda, para a forma de como elas brincavam e circulavam entre entrevistadores e entrevistados e como elas lidavam com o espaço sem fronteiras, o que no contexto urbano seria delimitado por cercas e divisórias de lotes e quintais. Observamos também que durante os cinco dias de visita não ouvimos nenhuma pessoa adulta emitir qualquer grito ou admoestação dirigida a alguma criança, assim, como não ouvimos nenhuma criança chorando durante o tempo que estivemos na localidade indígena.

Essa constatação mostra um espaço e uma organização social na qual a criança tem liberdade para se movimentar e onde os adultos reconhecem cada criança como se fosse também seu filho. No povo Laklãnõ a paternidade e a maternidade são meras formalidades legais, pois todas as crianças são reconhecidas como filhos da comunidade e por isso todos os adultos são responsáveis por todas as crianças.

Portanto, nos parece de grande importância e muito justa as reivindicações indígenas, principalmente dos mais velhos, ao solicitarem que sejam instaladas turmas para as crianças em idade pré-escolar, tendo como principal objetivo, a sistematização de um ensino voltado para a revitalização da língua e cultura desse povo. Assim, a escola representa de forma direta uma possibilidade de fazer valer os

valores e os referenciais idiomáticos, que foram perdidos em função de diferentes motivos, dentre eles a sistemática das relações entre indígenas e a comunidade circunvizinha.

Cabe destacar que a vida da criança no contexto civilizatório eurocêntrico e contemporâneo, conforme Cohn nos diz que, “os direitos das crianças e a própria ideia de menoridade não podem ser entendidos senão a partir dessa formação de um sentimento e de uma concepção de infância” (2005, p. 22). E continua “em outras culturas e sociedades, a ideia de infância pode não existir, ou ser formulada de outros modos. O que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos socioculturais [...]” (2005, p. 22).

Com base nesses diferentes contextos socioculturais, podemos ilustrar alguns aspectos que abordam e valorizam a perspectiva ontológica e ética das diversas sociedades indígenas tendo como referencial a criança, desde a sua concepção, nascimento, convivência, socialização e educação.

Essas posições também são percebidas em outros povos indígenas como consta nos relatos de Cohn, ao relatar aspectos da vida do povo Xikrin ao destacar que:

O caso dos Xikrin, uma etnia indígena de língua jê que mora no Pará e se autodenomina Mebengokré, para quem o corpo de um novo ser humano vai sendo criado durante a gestação, gradativamente, por meio das relações sexuais; não há, portanto, um momento único de concepção, seguido da formação do corpo, mas sim uma formação contínua. Como mais de um homem pode contribuir para essa formação, o bebê pode ter mais de um pai, que será reconhecido e reconhecerá sua paternidade, participando de um ritual público quando do nascimento do bebê. (2005, p. 23).

O fato é que, as crianças indígenas desde cedo participam das situações cotidianas da comunidade, na qual os adultos trazem as crianças para perto de si, transmitindo lhes, a sua identidade social e cultural. Outra concepção na construção do que se compreende o vir a ser criança, são os rituais de passagem e a recuperação do sentido lúdico de cada povo e do povo Laklãnõ se tem o relato de Gakran que:

a maior festa dos Laklãnõ acontecia por ocasião da *furação dos lábios dos meninos* (“*glokózyn*”), onde vários grupos se reuniam comemorando com danças (“*ägglan*”) e muita bebida feita à base de mel, água e xaxim e depois de pronta chamada de “*mõg*”. Com três a cinco anos de idade os meninos tinham botoques inseridos no lábio inferior. As meninas, com a mesma idade recebiam tatuagens ou marcas na perna esquerda, abaixo da rótula. Os padrinhos responsáveis pela perfuração labial e também pelas tatuagens eram os mesmos que enterravam o cordão umbilical da criança ao nascer e que, mais tarde, acompanhariam o desenvolvimento e socialização das crianças até a fase adulta. [...] Atualmente não há mais cerimônias

de iniciação tradicionais nem para meninos, nem para meninas (2005, p. 23, grifos do autor).

Ainda segundo esse autor, atualmente entre os Laklãnõ mais velhos, mantém-se ainda viva a crença de que o espírito da criança, depois de morta, retorna para os pais. Já com relação à questão do brincar (lúdico) para esse povo significa uma preparação para a vida adulta. Dessa forma as relações interpessoais envolvendo as crianças, no contexto dos povos indígenas citados, se diferencia muito das relações civilizatórias consideradas superiores nas quais as crianças ficam distanciadas dos adultos.

Desta maneira, podemos observar que ainda hoje existem, em nossa sociedade, vários contrastes e processos educativos tradicionais por meio dos quais a criança é distanciada de seus direitos, como destaca Rocha ao citar que:

Tradicionalmente quando pensamos uma ação ou um projeto cultural para as crianças, como novos integrantes de uma cultura, expressamos uma concepção guiada pela ideia da infantilidade como um ideal de pureza, ingenuidade, romantismo, imaturidade, inexperiência, etc. Vivemos a ambiguidade de uma ideia de natureza infantil única e o anseio de controlá-la, de ensiná-la o certo e o errado, o bem e o mal, enfim de enquadrá-la num universo sócio - cultural já constituído. (2004, p. s.p).

Neste sentido, percebe-se que o processo de ensino e aprendizagem, na educação escolar depende das ações, das organizações e das relações humanas que são compreendidas como realidades complexas nessa construção. Assim, seguindo esse viés é preciso desconstruir as epistemologias fundamentadas na dicotomia e na hierarquização dos conteúdos e na priorização de uns conhecimentos em detrimento de outros considerados menos importantes.

Assim, os conhecimentos tradicionais indígenas, se caracterizam como uma referência fundamental para a construção da identidade cultural e coletiva desse povo. De acordo com Gakran<sup>1</sup> (2005, p.25), a respeito da preocupação do povo Xokleng/Laklãnõ para recuperar seus costumes, diz o seguinte: “Recentemente há uma preocupação muito grande da comunidade de tentar recuperar seus costumes, língua, nomes, cantigas e crenças que ao longo do tempo estavam sendo deixados de lado”.

Ainda de acordo com o relato de Gakran (2005), além da recuperação de sua cultura, os indígenas desejam que a sua história seja registrada em trabalhos acadêmicos, em livros, revistas, e que os mesmos venham a se transformar em acervo, para revitalizar a cultura. Essa

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor da língua materna na escola Laklãnõ.

proposta visa à organização de um legado que, para se constituir como uma realidade precisa superar a marca, deixada pela escola não indígena, que coloca os saberes indígenas como algo secundário.

O que de acordo com Morales (2008, p.75) diz que:

Não é que dentro destas escolas não se possa falar de saberes técnicos e científicos, o que se pede é que estes saberes tenham uma real aplicação nas necessidades destas comunidades e que o produzido nestas áreas por seus ancestrais sejam também matéria de estudo e aplicação. Esse é o interesse de muitas destas comunidades.

Com base no relato de Morales, se identifica que os indígenas da comunidade Xokleng/Laklãno esperam que a escola se envolva literalmente no entorno da vida cotidiana da comunidade, como parte integrante da mesma, dando ênfase para a revitalização de sua cultura.

## **2.1 A CRIANÇA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA XOKLENG/LAKLÃNÕ E A EDUCAÇÃO.**

O povo Xokleng/Laklãno é uma comunidade remanescente da dinâmica vivencial própria de grupos indígenas nômades, que se agregavam ou se dispersavam conforme as circunstâncias que podiam ser de conagraamento como de enfrentamentos. Desses episódios consta na história oral dos Laklãno que nesses enfrentamentos o foco era matar os guerreiros adversários e incorporar as mulheres e crianças ao grupo vitorioso. Essa integração poderia gerar mudanças significativas nos costumes, nas crenças e até na organização do idioma. Cabe destaque para a preservação das crianças como um critério que poderíamos chamar de ética a favor da vida da criança.

Esse breve relato pode representar segundo depoimentos colhidos junto aos indígenas Xokleng/Laklãno, a origem desse grupo étnico e também de muitos outros. Essa possibilidade se sustenta diante da probabilidade dada pelos registros paleontológicos de que esse povo teria sua existência datada em três ou quatro milênios, sendo que nesse longo período muitas podem ter sido as mudanças que culminaram no que é esse grupo na atualidade.

Atualmente esse povo ocupa um local denominado pelos não-indígenas como reserva Duque de Caxias, mas pelos indígenas este local é denominado Terra Indígena Laklãno, localizada entre os municípios de Doutor Pedrinho, José Boiteux, Vitor Meireles e Itaiópolis. Hodiernamente esse povo vive processo de adaptação de vida nômade para vida gregária iniciada com a criação desse local onde deveriam ficar desde 1917. Foi longo o tempo para

que os indígenas deixassem seus hábitos, mas com o desenvolvimento urbano e a sistemática perseguição que sofreram, foram se retraindo e se silenciando sob o jugo da imposição organizacional imposta pela sociedade dos não-indígenas. A obrigação de se tornarem gregários e romper a tradição milenar de fazer pelo menos duas migrações anuais, ou seja, passavam o verão na serra e o inverno no litoral catarinense, em grupos de 50 a 60 pessoas, foi algo que pode ter contribuído de forma direta para muito sofrimento e insegurança.

No processo migratório, os relatos destacam que os velhos sempre seguiam junto das crianças, ensinando-as a todo o tempo, conforme surgisse a necessidade e oportunidade de mostrar algo e de indicar um vegetal ou animal que estabelecesse aspectos climáticos, alimento e medicamento. A educação acontecia a todo o tempo e com base em algo que chamasse a atenção e tivesse importância para a vida do grupo. As crianças nessas migrações participavam a todo o tempo de tudo que acontecesse. Não havia segredos nem restrições ao saber.

É interessante perceber o conjunto de conhecimentos acumulados nesse processo e nessa dinâmica de vida como nômade e o não conhecimento para se organizar em vida gregária. Esse processo pode ter contribuído para que ocorressem mudanças em suas formas de ver o mundo e de se identificarem como pessoas, isso é, mudanças em sua cosmovisão e em sua ontologia, que levassem esse povo a um estado de insegurança e vulnerabilidade muito significativo. Ultimamente esse povo conta com apenas 2300 reminiscentes, sendo aproximadamente de 300 o número de pessoas descendentes diretos de indígenas sem miscigenação com não-indígenas, assim,

o mundo dos Xokleng não era um paraíso como muitos podem imaginar. Era um mundo de forte interdependência com a natureza. Os sucessos alcançados eram consequência do esforço individual e coletivo, e baseados nos saberes que diversas gerações haviam desenvolvido para aproveitar aquele espaço ecológico que elegeram como o seu habitat. As doenças eram raras. O frio do inverno e as chuvas eram enfrentados como fatos da natureza (SANTOS, 1997, p. 16).

Então, na condição de pessoas conhecedoras da natureza, fica evidente que esse atributo possibilita ultrapassar a barreira do tempo, pois foram capazes de viver utilizando-se apenas daquilo que a natureza lhes proporcionava, em termos de alimento e abrigo, em um clima de extrema complexidade, numa íntima relação de troca e respeito mútuo.

É essencial compreender o processo civilizatório desse povo indígena, respeitando sua diversidade cultural e autonomia. Partindo dessa premissa, percebe-se que é pela educação que será possível fortalecer a cultura indígena e a diversidade cultural desse povo

por meio de processos educacionais, que tenham a criança como agente e referencial desse processo.

Assim, o que fica além das inúmeras concepções do termo, é a compreensão de que não existe a cultura, mas culturas. Reconhece-se, ainda, que as culturas estão em relação, havendo trocas entre elas, não existindo cultura pura, e que o outro não é nunca absolutamente o outro e que há sempre algo de nós nos outros (CUCHE apud GONÇALVES E LIMA, 2002, p. 174).

Nesse sentido essa pesquisa se ampara na construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, que gere responsabilidade e comprometimento dos envolvidos com as necessidades dos alunos e da comunidade como um todo. Portanto, a proposta dessa ação reside numa educação indígena com características emancipatórias, decorrentes de alguns elementos indicativos, gerados em debates coletivos com os professores docentes da terra indígena.

Dessa forma, afirma Freire (1979) a educação precisa se afastar de um modelo manipulador e massificador das culturas, o que ele chama de invasão cultural, que é antidialógica. Assim, os elementos indicativos anunciados para a organização de uma escola diferenciada junto à comunidade Xokleng/Laklãnõ, que respeite e valorize a cultura desse povo como decorrência do debate com a comunidade indígena pode se mostrar como:

- Abertura de espaço e viabilização de meios para a inserção de pessoas que tenham notório saber sobre costumes e tradições Xokleng/Laklãnõ;
- Valorização dos conhecimentos ancestrais;
- Valorização de crenças tradicionais que caracterizam a cosmovisão com mitos apoiados na nascença e origem do povo;
- Promoção de meios que promovam a repercussão na comunidade, das culturas e das tradições desenvolvidas nas atividades escolares;
- Promoção de ações que estimulem e ampliem a qualidade e a quantidade de falantes na comunidade escolar e não-escolar;
- Ampliação dos conhecimentos culturais por parte dos professores;
- Avaliação conforme proposta adequada à cosmovisão Xokleng/Laklãnõ;
- Escolarização que atenda às necessidades e anseios do povo;
- Instalar e viabilizar meios para que a escola atue com contraturno para o desenvolvimento da língua, cultura e costumes tradicionais;
- Planejar projetos educacionais a partir dos saberes constituídos.

Nesse contexto, é importante considerar que a educação não se limita a um curto período da vida, pelo fato dela ser processo permanente e, portanto, não é preciso criar instituições de ensino para transmitir o conhecimento.

Uma educação com um princípio profundamente coletivo, na que participam crianças, mulheres, pais, irmãos, velhos, toda a comunidade, seus saberes são um bem social e não particular. Sendo uma cultura de tradição oral a palavra cumpre um papel sagrado na passagem dos ensinamentos [...] para as gerações futuras. (MORALES, 2008, p.165-166).

Assim, parafraseando Santos (1975) pensar a educação, como ferramenta de um processo de mudanças, e enfatizar a sua utilização para valorizar o indígena e sua cultura tradicional. Portanto, tornam-se necessárias ações que agreguem todos os envolvidos no processo educacional e, cujo objetivo, concentra-se em práticas de valorização da cultura e da identidade desse povo.

### **3 NARRATIVAS TRADICIONAIS: CONTOS, LENDAS, FÁBULAS E MITOS E A IDENTIDADE DA CRIANÇA INDÍGENA.**

As narrativas simbólicas e suas múltiplas representações se constituem em um acervo cultural da humanidade, uma vez que expressam as angústias, glórias, desejos, sentimentos e experiências de um povo num tempo que fora vivenciado ou não.

O que é o tempo se não uma sequência dos vários acontecimentos históricos que muitas vezes dignificaram e justificaram a presença do ser humano na terra, também houve vários acontecimentos que mutilaram a fé, a dignidade, o respeito pela biodiversidade e principalmente a esperança de um mundo melhor, mais humano e menos egoísta.

O tempo, esse representado pelo Deus grego Cronos, devorava os dias, os anos, os séculos, os segundos e os minutos não como algo racional e sim como algo divino. Nesse sentido, o tempo que nos devora pode ser estagnado, imortalizado, materializado através da oralidade e da escrita, sendo constituída a partir da memória coletiva de um povo, por meio de mitos, contos, lendas e fábulas. Mitos, Estórias, Contos, Poesias, qualquer que seja a sua forma de expressão, “é uma das mais nobres conquistas da Humanidade: a conquista do próprio homem! É conhecer, transmitir e comunicar a aventura de ser!” (CARVALHO, 1983, p. 17)

Portanto para situar melhor o leitor no seu entendimento sobre o assunto, optamos em trazer os conceitos já referenciados por Passerini (2004): os contos são narrativas antigas

que foram transmitidas oralmente de geração a geração, de uma cidade para outra, exemplo: Branca de Neve e os sete anões, cinderela etc. As lendas têm como função explicar o mundo circundante, os aspectos que lhe são incompreensíveis, exemplo: a lenda do Saci-Pererê, o Curupira. Já as Fábulas são histórias simples de conteúdo moral, cujo personagem se revela na figura de um animal, que representa um aspecto do ser humano, ou “[...] expressão de uma sociedade já adulta e cética, por isso mesmo pouco educativa. Explora os sentimentos menos elevados; a sua mensagem expõe exatamente os sentimentos negativos do homem.” (CARVALHO, 1983, p.43).

Com relação aos mitos esses projetam o homem a uma realidade simbólica, tentando explicar a criação do mundo e do homem, estes se desenvolvem no plano sagrado ou sobrenatural, os personagens são deuses, portanto, existe uma relação com o plano divino. (PASSERINI, 2004).

No entanto, talvez, os mitos possam ter uma concentração maior em termos de envolvimento nas comunidades indígenas, visto que, os mitos, as lendas e as fábulas fazem parte integrante de suas vidas e onde as crianças indígenas poderão ter a oportunidade de manterem vivas as tradições, onde as crenças e as manifestações simbólicas funcionam como um elo, mediando os conflitos e mantendo a ordem social na comunidade e entre comunidades, incluindo-se aí as comunidades não-indígenas.

### **3.1 CONTOS, LENDAS, FÁBULAS E MITOS E A CRIANÇA INDÍGENA.**

Toda criança indígena ou não-indígena participa de algum modo do mundo encantado e imaginário, onde cada conto, mito, fábula e lenda, se configuraram como momentos mágicos, com um significado muito especial na vivência de cada uma, retratando uma ingenuidade absoluta, longe dos conceitos estereotipados, ou seja, aqueles conceitos determinantes, da realidade vivida.

Em relação a essa realidade, Proa faz uma relação entre mito e realidade ao afirmar que:

O Mito não pode ser enfrentado por um espantinho ridículo como a Realidade, simplesmente porque esta nunca aparece senão no bojo mais ou menos racionalizado de uma cosmo-visão, o que equivale a dizer que a realidade é, como não pode fazer frente ao Mito com a espada flamígera da Verdade, a qual existe apenas como um ponto de vista provisório e perspectivístico, nunca como o núcleo ou o vértice incontestável de todo conhecimento (2004, p. 54).

De acordo com esse autor, existe uma espécie de crueldade na rigidez da fidelidade, nas atitudes, bem como, na posição incômoda daqueles que se prendem fielmente ao que ele acredita, ou supõe que é real, sem se preocupar em buscar conhecimentos possíveis de um “realismo ingênuo” empírico, baseado apenas nas experiências vivenciais, e não nos princípios puramente racionais, ou seja, a visão realística e incontestável da vida planetária.

O que significa dizer que essa era a visão da realidade nua e crua de mundo. Mas, conforme Proa:

A crua realidade abate-se sobre nós sem contemplação tão logo nossas ilusões e nosso entusiasmo se desfazem em suas margens imaculadas [...] No discurso místico, a “verdade” ou a “falsidade” do enunciado é muito menos importante que a eficácia e a profundidade do laço social sob cujos auspícios se estabelece. Nem demasiadamente veraz, nem por demais incrível, o mito mais que qualquer outra coisa, está construído para comunicar, isto é, para ligar, e não tanto para convencer através de razões ou argumentos (2004, p. 47-48).

Isso acontece tanto com relação aos mistérios que envolvem os mitos, como, nos mistérios que envolvem os contos, as lendas e as fábulas, que tanto podem ser uma ficção, ou apenas uma realidade deformada pela imaginação poética, ou pela vontade popular, algumas vezes, com sutis toques de exageros, muitas vezes necessários para melhor adaptação do conto às peripécias da narrativa.

O conteúdo dos contos de fada se localiza fora da corrente do tempo e fora de um espaço definido. Seu significado representa o elemento aglutinador de nossas vivências interiores, podendo ser vivido por cada um de nós em qualquer momento ou em qualquer lugar, pois não tem a ver com uma realidade concreta, nem tampouco com uma abstrata (PASSERINI, 2004, p. 104).

Nesse sentido, a história da humanidade é construída a partir daquilo que ecoa em cada um de nós, consciente ou inconscientemente, o que de acordo com Jung ao dizer que:

Nossa consciência não se cria a si mesma, mas emana de profundezas desconhecidas. Na infância, desperta gradualmente e, ao longo da vida, desperta cada manhã, saindo das profundezas do sono, de um estado de inconsciência. É como uma criança nascendo diariamente do seio materno (1963, p. 353).

Assim, esse processo de individuação é o dia a dia das pessoas que se organiza como uma história que tem começo, meio e fim, portanto uma direção evolutiva e temporal, um processo por meio do qual uma pessoa se diferencia das outras. Deste modo “um conto de

fada relata nosso processo de autoconsciência ou a conquista da consciência pela humanidade” (PASSERINI, 2004, p. 104).

Na continuidade Passerini (2004), diz com relação aos mitos e as lendas, que elas representam mais do que simples fábulas ou meras ficções, podemos afirmar que alguns desses mitos e lendas vão além da representatividade e da vivência cultural de um povo, alguns deles fazem parte da cultura universal, no tempo fictício e imaginário em que esses fenômenos se apresentam. Assim, cada cultura afirmava que seus deuses eram os únicos responsáveis pelo mundo e seus habitantes, e pelo que era ou não possível.

Segundo Passerini “as lendas encontram-se perfeitamente enquadradas nos critérios fundamentais da literatura oral: a oralidade, o anonimato, a persistência e a antiguidade” (2004, p.76). Já as fábulas pertencem a todos os povos e a todos os tempos, de acordo com Passerini (2004) palavra latina *fabulare* (falar), significa assunto de conversa, boato, rumor – histórias simples que faz falar o mundo inanimado e animal para ensinar os conteúdos morais aos homens. A exemplo dos indígenas Xoklengs, temos a história do quati diante do pinheiro.

Contam os antigos que o quati sobe no caule cilíndrico do pinheiro para nas grandes alturas buscar o que precisa, depois, com o alimento junto ao seu corpo desce de um jeito que não se machuca, voltando para a sua família. Nessa história a moral está em dizer que quando você estiver precisando de ajuda ou talvez tenha alguma doença, é necessário olhar para os animais que voam e sobem nas árvores para que se imagine fazendo esse movimento para depois se juntar aos seus familiares levando algo de bom para todos.

Nesse ínterim nos reportamos a Steiner (2002) para entender um pouco melhor a poesia dos contos de fada e seu significado no tocante ao processo de desenvolvimento humano, pois, para esse autor existem alguns entraves relacionados a esse fenômeno muito mais do que possamos imaginar. Nesse contexto Steiner diz o que “[...] se expressa nos diferentes contos de fadas não é aquilo que pode atingir o homem numa situação específica da vida, não é um círculo limitado da vivência humana, e sim algo tão profundo, nas vivências da alma humana, que passa a ser comum a toda a humanidade” (STEINER, 2002, p. 14).

E na continuidade podemos perceber uma relação entre o que se anuncia nos contos de fadas e as profundas e impenetráveis experiências da alma humana. Assim, esse mundo mágico não termina, permanece consciente ou inconsciente na memória da criança, que no fundo de sua alma, esses contos passam a ser alimento de sua imaginação que produzirão sentimentos individuais sobre sua própria existência em relação ao universo (STEINER, 2002).

Dentro dessa mesma atmosfera de sensibilidade humana “a criança pequena vive um estado que se caracteriza pela ingenuidade [...], acolhendo, sem resistência anímica, todas as impressões que esse mundo lhe proporciona; assemelha-se, pois, a um grande órgão sensório”. (PASSERINI, 2004, p. 45).

Com relação aos indígenas não cabe destacá-los como ingênuos, mas como pessoas que percebem a vida e as relações por outro foco vivencial que os faz lidar com as forças e poderes de forma diferente da que se utiliza no meio tido como civilizado e dominado pelos não-indígenas. Com essa posição se tem que a educação indígena deve ser apoiada nos referenciais de forças e poderes próprios desse povo conforme estabelece sua cosmovisão e sua ontologia.

Esses aspectos caracterizam a cultura como um complexo dos padrões de comportamentos, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade.

Nesse sentido essa pesquisa, no afã de compreender o papel da educação da criança pelo ambiente institucional da Educação Escolar Indígena traz a filosofia adotada por Rudolf Steiner, que de acordo com Lanz (2003, p.11) afirma que essa filosofia tem como interesse uma “observação íntima do ser criança e das condições necessárias ao desenvolvimento infantil”. Essa constatação é expressa por Kishimoto ao dizer que:

Durante os dois primeiros anos, a criança fica permanentemente sob os cuidados da mãe ou avó, descansando na faixa de algodão amarrada às costas da mãe. Nesta posição ela recebe o alimento e acompanha sua mãe em todos os lugares: de manhã e à tarde é banhada no rio; durante a manhã acompanha a mãe na plantação, e até a bailes, dormindo dentro da faixa. A vida da criança transcorre sem violência. Não há serviços. A vida do grupo estimula a cooperação e a solidariedade (KOCH-GRUNBERG apud KISHIMOTO, 2004, p. 63).

Podendo ser esse comportamento, uma das causas que dificultou a sua domesticação ou a sua emancipação, o que depois de tantas tentativas, foram tidas como um caso perdido e deixados de lado. Nesse sentido, estes foram negligenciados e isolados do convívio social, servindo apenas como “objeto de estudo” em relação às comunidades indígenas na sua totalidade, dando pouca ou nenhuma ênfase as crianças e os adolescentes dessas comunidades, quando estudadas.

No entanto, os indígenas apenas suportam e contestam as realidades das contradições sociais excludentes, às quais não medem limites e nem estabelecem fronteiras, o que parece ser uma prática mundial em relação aos indígenas. Isso se dá na organização política, no

processo de desenvolvimento humano, econômico e social, o que poderia ser perfeitamente uma reflexão em torno das ações de equilíbrio sustentável, das quais os indígenas conhecem muito bem, pois, mantém uma estreita relação harmoniosa com a natureza.

Diante do exposto, percebe-se a importância da proposta filosófica e educativa desenvolvida por Rudolf Steiner no planejamento e na condução das atividades que venham a desenvolver habilidades que possam auxiliar na solução e na prevenção das possíveis distorções causadas pelas metodologias tradicionais. Em se tratando das crianças indígenas, deve ser considerado que, a vida cotidiana dessas crianças é desconcertante, principalmente pela falta de compreensão de seu ethos por parte dos não-indígenas que lhes dão apoio e afetividade, apoiada na piedade.

Para ilustrar os valores, os conflitos, os mistérios profanos e sagrados da comunidade Xokleng/Laklãnõ, Gakran apresenta a narrativa a seguir que trata de um mito indígena. Nele, Loro era um homem da comunidade o qual podia ter contato com os espíritos que segundo ele, quando um indígena morre vai para um lugar que já está preparado para recebê-los e ali permanecer enquanto a vida continua para os demais. Nesse lugar preparado as crianças tinham um lugar privilegiado. Para a comunidade o Loro tinha o poder de buscar a alma dos mortos para trazer e colocá-la na barriga de uma mulher que estivesse gestando um filho, para que esse novo filho representasse em espírito aquele que morreu. Gakran afirma que tal situação ocorreu em sua família, com um irmão que por ocasião de um sarampo veio a falecer. De acordo com a tradição o adulto deveria ser queimado, já a criança deveria ser enterrada e tudo que era seu deveria ser mantido, inclusive seus brinquedos, para que a mãe pudesse chorar e essa era uma forma de chamar a criança de volta, onde o espírito pudesse brincar com as coisas que lhe pertenceram.

Para os índios Xokleng essa cosmologia inclui um mundo suprassensível e anímico que é habitado pelas almas dos mortos, a morte na cosmovisão indígena é o desprendimento de um corpo. A morte é vista como uma passagem, não como um fim. Desta forma, o filho que foi perdido retorna ao mesmo lugar de origem, porém, não necessariamente sendo a mesma pessoa, podendo ou não portar as mesmas características físicas ou de personalidade daquele que morreu.

No entanto, os rituais expressam algum acontecimento baseado em crenças, tradições e magias, o que é próprio de uma etnia com sua cosmovisão e cultura, o que acontece até hoje em algumas comunidades, segundo Vetchá, figura ilustre na contação de histórias, narrou sobre outro elemento fundamental da cosmovisão indígena:

Conta ele que a mulher quando está esperando o neném, antes de nascer ela já possui um óleo preparado para quando na ocasião desse nascimento, a criança ser unguida numa espécie de batizado, em outras famílias esse rito pode ser identificado por uma cordinha amarrada ao pé da criança ou pelo umbigo que era enterrado ao pé de uma madeira chamada Maria Mole, cuja escolha se deve ao fato dela crescer ligeiro e a criança vingar mais rápido, não correndo o risco de intempéries.

O índio tem estreita relação com a natureza, portanto, percebe-se que para a comunidade Xokleng a relação com a natureza define a etnicidade desse povo. Assim, as crianças indígenas podem conservar as suas tradições culturais, como parte de sua própria existência, mesmo na interação com a cultura da sociedade não-indígena onde a convergência entre espíritos da natureza, plantas, e os objetos da cultura não índia podem conviver em harmonia a partir da lógica da Antroposofia de Rudolf Steiner que sugere uma linguagem imaginativa, mágica e simbólica ao contrário da racionalidade da linguagem da sociedade não-índia que através de séculos perpetuaram sua visão eurocêntrica a respeito de si mesma.

No entanto, esta pesquisa procurou evidenciar não somente o lado material, mas o lado da observação sensorial e espiritual que fazem parte da existência humana. Assim, o mundo é visto pelo olhar da criança no sentido da introspecção em relação ao objeto de estudo. No entanto, a ideia da utilização dos métodos apresentados pela pedagogia de Rudolf Steiner, não significa de jeito algum, uma mudança radical na contextualização do ensino e da aprendizagem nessas comunidades indígenas, mas sim, que o método tradicional oferecido hoje nessas comunidades se esvazie em sua essencialidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa se percebeu que um modo de cultura significativa decorrente da história do povo Xokleng/Laklãnõ, se mostra como expressão que está legitimada nas narrativas orais, as quais se apresentam em forma de contos, lendas, mitos e fábulas que podem ser percebidas como marca identitária e emancipadora, para o trabalho que está sendo realizado pelos docentes na terra indígena, como compromisso da revitalização da língua e da cultura Xokleng.

No entanto, essas considerações estão formalizadas com base nos estudos de campo e nos conceitos dos autores aqui relacionados e recorridos, onde esses são categóricos em afirmar, que os contos, as lendas, e os mitos, fazem parte da evolução humana, ou seja, vão ao encontro da alma da criança, onde essa pode viver plenamente, dando sentido e sensibilização

para o conteúdo de seus contos e de seus mitos e que os mesmos podem ser impulsionados através das artes, das expressões corporais.

Além disso, muitas vezes, as crianças podem se afastar das mensagens e das simbologias, e se adentrar nas suas próprias imaginações e criar e recriar a sua própria história, a sua própria cultura e a sua própria identidade, baseado nos seus próprios contos e nos seus próprios mitos, que fazem parte da sensibilidade humana.

No caso das crianças indígenas, umas das maneiras que podem levá-las ao estímulo para o seu aprendizado, pode se dar por meio das suas próprias vivências e da sua própria cultura, onde os contos, as lendas e os mitos, proporcionam a essas crianças a possibilidade de superar os seus próprios limites, além das barreiras impostas pelas próprias circunstâncias da vida cotidiana, bem como, influenciá-las na busca de novos conhecimentos.

Assim, esses saberes podem ser transmitidos às crianças, através dos contos, das lendas, dos mitos, do abraço afetivo, das simbologias, dando a esse conhecimento, um significado real, mesmo que seja transmitido por meio de símbolos, o que para essas crianças, pode significar a essência de sua vida planetária, mesmo não sabendo o significado disto, ainda. Portanto, trata-se de uma proposta de educação como processo coletivo, cultural e simbólico, para revitalizar a língua, a cultura e os costumes das comunidades indígenas, principalmente do povo Xokleng/Laklãnõ.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Barbara Vasconcelos de. **Literatura Infantil: Visão Histórica e Crítica**. São Paulo: EDART, 1983.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. (Coleção Passo-a-passo, v.57).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (O Mundo Hoje, v.24).

GAKRAN, Nanblá. **Aspectos Morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. São Paulo: Unicamp. 2005.

GONÇALVES E LIMA, Augusto César. Escola de samba? O que dizem os compositores de samba do bairro de Oswaldo Cruz e da Portela. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade**,

**Educação e Cultura(s): questões e propostas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JUNG, C.G. **Memórias, sonhos e reflexões.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1963.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LANZ, Rudolf. **A pedagogia Waldorf:** caminho para um ensino mais humano. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Antroposófica, 2003.

PASSERINI, Sueli Pecci. **O fio de Ariadne:** um caminho para a narração de histórias. 2. ed. São Paulo: Antroposófica, 2004.

PROA, Sergio Espinosa. **Em busca da infância do pensamento:** Ideias na contramão da pedagogia. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Criança e infâncias: uma categoria social em debate. **Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da educação na pequena infância.** UFSC, 2004, n. 9.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Educação e sociedade tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975. (Documentos brasileiros, v.6).

\_\_\_\_\_. **Os índios Xokleng:** memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Univali, 1997.

STEINER, Rudolf. **Os contos de fadas:** sua poesia e sua interpretação. São Paulo: Antroposófica, 2002.